

Demonstrações Contábeis

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Central Eólica Pedra de Amolar I SPE S.A.
Touros - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica Pedra de Amolar I SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.



**Shape the future
with confidence**

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> <i>(não auditado)</i>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.147	228
Despesas antecipadas	5	771	666
Adiantamentos a fornecedores	6	2.765	2.765
Total ativo circulante		4.683	3.659
Não circulante			
Ativos de direito de uso	7	731	730
Imobilizado	8	1.861	84
Total do ativo não circulante		2.592	814
Total dos ativos		7.275	4.473
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> <i>(não auditado)</i>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	105	1
Arrendamentos	10	8	7
Impostos a recolher		2	-
Total do passivo circulante		115	8
Não circulante			
Arrendamentos	10	761	742
Partes relacionadas	11	514	3.231
Total do passivo não circulante		1.275	3.973
Patrimônio líquido			
Capital social	12	5.915	500
Prejuízos acumulados		(30)	(8)
Total do patrimônio líquido		5.885	492
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.275	4.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023 <i>(não auditado)</i>
Despesas administrativas	13	(19)	(6)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(19)	(6)
Despesas financeiras	14	(3)	-
Resultado financeiro líquido		(3)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(22)	(6)
Prejuízo do exercício		(22)	(6)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023 <i>(não auditado)</i>
Prejuízo do exercício	<u>(22)</u>	<u>(6)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(22)</u>	<u>(6)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 <i>(não auditado)</i>	500	(2)	498
Prejuízo do exercício	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 <i>(não auditado)</i>	500	(8)	492
Aumento de capital	2.184	-	2.184
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.231	-	3.231
Prejuízo do exercício	-	(22)	(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	(30)	5.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2024	2023 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(22)	(6)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		-	-
Arrendamentos - atualização financeira	10	60	-
		38	(6)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Despesas antecipadas		(105)	-
		(105)	-
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		104	1
Impostos a recolher		2	-
Partes relacionadas		514	-
		620	1
Caixa proveniente das atividades operacionais		553	(5)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		553	(5)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado		(1.751)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(1.751)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento (diminuição) de capital		2.184	-
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis		(67)	(65)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		2.117	(65)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		919	(70)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.147	228
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		228	298
		919	(70)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023 <i>(não auditado)</i>
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(19)	(6)
Serviços de terceiros	(11)	-
Outros custos operacionais	(8)	(6)
Outras despesas	(8)	(6)
Valor adicionado bruto	(19)	(6)
Valor adicionado líquido produzido	(19)	(6)
Valor adicionado total a distribuir	(19)	(6)
Distribuição do valor adicionado	(19)	(6)
Remuneração de capitais de terceiros	3	-
Juros	3	-
Remuneração de capitais próprio	(22)	(6)
Prejuízo do exercício	(22)	(6)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A companhia é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, constituída em 09 de dezembro de 2021, com sede em Fazenda Água Limpa, S/N, KM RN 023, Zona Rural, na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59584-000. A Companhia é controlada pela SPIC Brasil Participações Eólicas S.A e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A companhia com atividade preponderante de participação em implantação, operação, manutenção e exploração comercial de centrais geradoras eólicas integrantes, seja por meio da comercialização de energia elétrica e eventuais créditos decorrentes de certificados de redução de emissão de carbono, seja mediante o arrendamento de instalações, títulos e direitos, bem como a prática de todas as atividades necessárias e acessórias às finalidades retro referidas.

1.1 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1. Declarações de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia, que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do Ativo de direto em uso e imobilizado (nota explicativa 7 e 8); e
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa 10).

3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1 Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 10	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de " <i>Sale and Leaseback</i> "	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	IAS 7 IFRS 7	01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	N/A	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	IAS 21	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	N/A	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	IAS 28	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IFRS 18	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia.

A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2024	31/12/2023 <i>(não auditado)</i>
Caixas e bancos	<u>1.147</u>	<u>228</u>
	<u>1.147</u>	<u>228</u>

5. Despesas antecipadas

A despesas antecipadas no valor de R\$ 686 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 666 em 31 de dezembro de 2023 – não auditado), referem-se a gastos antecipados com financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. para construção do parque eólico e o valor de R\$ 85 em 31 de dezembro de 2024 são despesas antecipadas com garantias.

6. Adiantamento a fornecedores

O adiantamento a fornecedor no valor de R\$ 2.765 em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (não auditado) refere-se a pagamento ao fornecedor Gold Wind para assegurar o contrato de construção dos aerogeradores do parque eólico.

7. Ativo de direito de uso

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque eólico da Companhia. Esse contrato é considerado como arrendamento conforme nova metodologia e é apresentado na nota explicativa 10 Arrendamento

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023 (não auditado)		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativos de direito de uso								
Geração								
Arrendamento de terras	3,52%	755	(24)	731	3,45%	755	(25)	730
Total ativos de direito de uso		755	(24)	731		755	(25)	730

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2023 (não auditado)	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	730	27	(26)	731
Total Ativos de direito de uso	730	27	(26)	731

	Valor líquido em 31/12/2022 (não auditado)	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023 (não auditado)
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	-	755	(25)	730
Total Ativos de direito de uso	-	755	(25)	730

8. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, mas limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do Imobilizado

	31/12/2024		31/12/2023 (não auditado)	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em curso				
Geração	1.861	1.861	84	84
Total do imobilizado em curso	1.861	1.861	84	84
Total do Imobilizado	1.861	1.861	84	84

b. Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2023 <i>(não auditado)</i>	Adição	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos	84	1.777	1.861
Total do imobilizado em curso	84	1.777	1.861
Total do imobilizado	84	1.777	1.861
	Valor líquido em 31/12/2022 <i>(não auditado)</i>	Adição	Valor líquido em 31/12/2023 <i>(não auditado)</i>
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos		84	84
Total do imobilizado em curso	-	84	84
Total do imobilizado	-	84	84

9. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023 <i>(não auditado)</i>
Materiais e serviços	105	1
	105	1

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui operações de risco sacado.

10. Arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados.

Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terrenos onde se localiza seu parque eólico. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e apresentados nas notas explicativas de Ativo de direito de uso (nota explicativa 7) e Arrendamentos (nota explicativa 10)

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2023 (não auditado)	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos de terra	1.905	69	-	(67)	1.907
(-) Ajuste a valor presente	(1.156)	(42)	60	-	1.138)
Total	749	27	60	(67)	769
Circulante	7				8
Não Circulante	742				761
Total	749				769

11. Transações com partes relacionadas

	Natureza	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Balanco patrimonial			
Passivo			
Pacific Hydro Energia do Brasil	AFAC	-	2.183
SPIC Brasil Participações Eólicas	AFAC	-	1.048
SPIC Brasil Participações Eólicas	Custos compartilhados - capex	514	-
Total passivo		514	3.231

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

12. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R\$ 5.915, representados por 5.915 ações ordinárias, em moeda corrente nacional, sem valor nominal ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada ação.

	31/12/2024		31/12/2023 (não auditado)	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Capital subscrito	5.915	5.915	500	500
	5.915	5.915	500	500

A Composição societária é apresentada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023 (não auditado)		% do capital social
	Quantidade de ações	R\$ mil	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.	5.915	5.915	500	500	100,00%
	5.915	5.915	500	500	100,00%

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e são destinados sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio-JSCP líquido de impostos.
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2024 e 2023, a Companhia não obteve lucro a distribuir.

13. Custos e despesas (por natureza)

	2024			2023 (não auditado)		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Serviços de auditoria	(11)	-	(11)	-	-	-
Outras	-	(8)	(8)	-	(6)	(6)
Total	(11)	(8)	(19)	-	(6)	(6)

14. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(3)	-
Despesas financeiras total	(3)	-
Total resultado financeiro	(3)	-

15. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A norma também propõe a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

b) Risco operacional

Risco quanto à escassez de ventos por período prolongado, podendo acarretar perdas.

c) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2024				Total	31/12/2023
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		(não auditado)
Passivos financeiros						
Fornecedores	105	-	-	-	105	1
Partes relacionadas	-	-	514	-	514	3.231
Arrendamento	2	6	38	723	769	749
Total	107	6	552	723	1.388	3.981

Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.147	1.147	228	228	Resultado
Passivos financeiros					
Arrendamentos	769	769	749	749	Custo amortizado
Partes relacionadas	514	514	3.231	3.231	Custo amortizado
Fornecedores	105	105	1	1	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa, conforme tabela acima.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no setor. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia.

A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Transações que não afetaram o caixa

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u> <i>(não auditado)</i>
Atividades de Investimento			
Ativo de direito de uso – correção contratual	7	27	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	3.231	-

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Valéria Lopes de Souza
CRC-1SP145065/O-9 S-RN